

Acordo provisório

Mais uma vez se anuncia que está próximo um acordo provisório com nossos credores internacionais. Desta vez, parece que realmente as partes estão perto de um entendimento. A situação é delicada e, por isso, as negociações já estariam em fase final.

A solução seria o Brasil realizar um depósito simbólico em conta bloqueada na Suíça, ao mesmo tempo em que banqueiros internacionais fariam depósito idêntico, mas de maior volume. Seria tecnicamente o fim da moratória e a volta do Brasil ao mercado financeiro internacional.

A pressa em concluir um acordo, mesmo que provisório, decorre da legislação americana. Se nada for feito neste sentido até o fim do ano, os bancos credores terão de lançar como prejuízo os juros brasileiros não pagos em decorrência da moratória. As autoridades americanas se tornaram mais sensíveis a este fato depois das sucessivas catástrofes em suas principais bolsas. Seria impor aos bancos novos prejuízos. Paradoxalmente, a crise finan-

ceira aumentou a disposição de nossos interlocutores a negociar em bases mais flexíveis.

Outro fator que passou a ser levado em consideração nas negociações foi a necessidade de o Governo brasileiro apresentar algo concreto à opinião pública interna em troca do fim da moratória. Acreditando na boa vontade de nosso Governo em encontrar uma solução mutuamente aceitável, não interessaria ao Governo americano o enfraquecimento da economia do Brasil pela imposição de condições drásticas, que aumentariam a crise política brasileira. Confluem interesses políticos para que haja um acordo provisório.

A verdade, entretanto, é que se este acordo se impõe para ambas as partes, ele pouco resolve do conteúdo fundamental da negociação definitiva. Há como que um interesse mútuo de adiar o fundamental e se adotar um acordo formal. Só nas negociações definitivas é que seriam tratados os problemas de fundo.

Agora o que está em questão é o volume da participação de

ambas as partes no fundo comum bloqueado. O Brasil insiste em só entrar com um quarto dos recursos, ao passo que nossos interlocutores desejam que contribuamos com no mínimo um terço. A questão dos juros fixos e de baixos (spreads), bem como a delicada proposição — ou exigência — de que negociemos com o FMI, são todas lançadas para as futuras negociações. Os credores compreendem que são problemas importantes para a opinião pública brasileira, mas, até agora, não adiantaram concessões nestes domínios.

Não se pode subestimar o papel desempenhado na evolução dos entendimentos do saldo favorável obtido até agora por nossa balança comercial e o fato de dispormos de créditos vultosos no exterior, maiores que o volume da dívida que temos a pagar imediatamente. Num clima de diálogo é importante que nossas autoridades não esqueçam dos compromissos políticos assumidos pelo Governo com o desenvolvimento e o crescimento de nossa economia.